

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2007.

(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Sr. Gilberto Gil, sobre o processo de reconhecimento da Comunidade de Picadinha, localizada no Município de Dourados, Mato Grosso do Sul, como remanescente de Comunidade de Quilombos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Cultura, Sr. Gilberto Gil, pedido de informações nos termos adiante expostos:

1. Como foi a tramitação do processo administrativo nº 01420.000491/2005/23 de 17 de março de 2005, tendo em vista que o pedido de reconhecimento foi feito em 15 de março de 2005 e a certidão foi expedida pela Fundação Cultural Parlamares em 31 de março do mesmo ano;

2. Quais as ações realizadas pela Fundação Palmares para a emissão de certidão de auto conhecimento como comunidade de remanescente de quilombo, para a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira (Arqdez), qual a metodologia, o levantamento antropológico e documental utilizado;
3. Por qual motivo, na visão da entidade que certificou a comunidade, existe a contestação do processo e se analisaram os documentos oficiais emitidos pelo INCRA e pelo Estado de Mato Grosso do Sul anteriormente.

JUSTIFICATIVA

Em Dourados, Mato Grosso do Sul, cento e duas famílias estão pedindo a identificação e a demarcação de 3.748 hectares de terra na localidade de Picadinha. São descendentes do escravo Dezidério Felipe de Oliveira, que teria vivido na região.

De acordo com a imprensa a solicitação vem sendo contestada por proprietários rurais, pelo deputado estadual Zé Teixeira e pelo Sr. Gino Ferreira, presidente do Sindicato Rural de Dourados, que solicitaram a interrupção do processo, apresentando títulos oficiais do INCRA e dos Estados.

Os descendentes do Sr. Dezidério, para tentar recuperar o que eles entendem como seja um imóvel de família, criaram a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira (Arqdez). Seu atual presidente é o Sr. Ramão Castro de Oliveira, bisneto de Dezidério. A área reivindicada foi reconhecida pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, em tempo recorde.

Dezidério Fellipe de Oliveira, nasceu em 1867, em Uberaba (MG), era casado e tinha doze filhos. Em 1907 foi para Dourados tocando uma comitiva, e por desentendimento com o capataz, decidiu ficar. Em Dourados conseguiu posse de 3.748 hectares de terra na cabeceira do córrego São Domingos, onde hoje está localizado o Instituto Agrícola do Menor (IAME).

Depois de sua morte, conforme, seu bisneto Ramão, as terras foram tituladas definitivamente. Isso na sua visão gerou as invasões de fazendeiros e grande parte dos herdeiros foi obrigada a sair da área. Hoje as terras estão ocupadas por agricultores. Os descendentes de Dezidério ocupam cerca de quarenta hectares e estão resumidos em doze famílias.

Tal afirmativa é contraditada pelo advogado José Tibiriça Ferreira, nascido na Picadinha, que diz ter Dezidério adquirido as terras do Estado, próximo de sua morte. Tais informações foram pesquisadas no livro “ Aspectos Históricos do Povoamento e da Colonização do Estado do Mato Grosso do Sul”, de Lori Alice Gressler e Lauro Joppert Swensson, há mais de vinte e cinco anos. No referido livro consta que Dezidério adquiriu naquela época 3.768 hectares, sendo um dos primeiros proprietários de terra da Cabeceira de São Domingos. O curioso é que no Cartório do 2º Ofício consta que ele morreu dois anos antes das escrituras das terras pertencerem oficialmente a Dezidério. Afirma o advogado que nunca existiu Quilombo nessa região.

Em 17 de março de 2005 foi instalado, através do Memo 136/DPA/FCP/MinC/2005 o processo administrativo para emissão de certidão de auto-reconhecimento como comunidade de remanescentes dos quilombos, a comunidade negra rural de Picadinha, localizada no Município de Dourados/MS.

O reconhecimento da Comunidade feita através da certidão de auto-reconhecimento foi assinada em 31 de março do mesmo ano, pela Sra. Maria

Bernadete Lopes da Silva, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Parlmares. Os atuais proprietários apresentaram documentação oficial de propriedade daquelas terras.

Preocupado com o assunto, tendo em vista denúncias veiculadas pelo Jornal Nacional de 14 de maio de 2007; em que denuncia-se reconhecimentos efetuados com base em simples declarações, no caso noticiado, suspeitos de falsidade, e ter sido procurado por pequenos proprietários e agricultores de Picadinha, fiz pronunciamento no Plenário da Câmara dos Deputados onde declaro a preocupação da população, bem como a minha sobre o assunto em questão, já que o processo vem sendo contestado.

Diante do exposto, solicita-se ao Exmo. Sr. Gilberto Gil, Ministro de Estado da Cultura que preste informações sobre o processo de reconhecimento da área e que, se possível, possa disponibilizar o relatório antropológico da área, o memorial descritivo do perímetro do território e o mapeamento das áreas lindeiras.

Sala das Sessões, 21 de Junho de 2007.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal PPS/MS